

## APRESENTAÇÃO

### **Tatiane da Silva Sales**

Doutora em História Social da Amazônia, pela Universidade Federal do Pará, pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros/UFMA, vice coordenadora do Grupo de Estudos em Gênero, e Diversidade nas Práticas Escolares (GESEPE/UFMA) e professora adjunta da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (UFMA) – [tatiane.sales@ufma.br](mailto:tatiane.sales@ufma.br)

Vivenciamos um início de ano (2022) num mundo em que já há vacinas para o SARS-CoV-2 (covid 19) e isso gerou uma sensação de maior estabilidade sobre o agressivo cenário pandêmico dos últimos dois anos. Logo então observamos, também, o surgimento de variantes, novos surtos e recrudescimento das regras de sociabilidade e, juntamente a isso, muitos questionamentos acerca da eficácia da vacina associados com os aumentos expressivos de casos. Mesmo diante de todo este contexto, intenso e dinâmico, é possível observar quanto o mundo mantém, e mesmo aumentou, condições hierarquizantes e excludentes ao, por exemplo, subnotificar as mortes por covid 19 e ao manter um quadro de cobertura vacinal que escancarou as discrepâncias no mundo e, em especial, no continente africano (onde cerca de 80% da população não recebeu nenhuma dose da vacina).

Partindo destes lugares, cabe-nos questionar esta organização desigual que se consagra na sociedade atual e refletimos sobre como elas se avolumam, marcando a hierarquia e segregação de alguns/mas/mes em detrimento de outros/as/es. Para tanto, é preciso romper com a lógica em que esta sociedade está ancorada ao promover olhares outros sobre o passado, reflexões sobre a condição atual e mudanças sobre o futuro, numa perspectiva do desfazer colonial e transcender visões de mundo, saber, ser e existir que a colonização impõe.

Neste sentido, alguns caminhos para decolonizar os saberes são, de acordo com Catherine Walsh (2005), o pensamento-outro, que se configura numa luta contra a não-existência, a existência dominada e a desumanização, pois concebe, nessa perspectiva, um processo e projeto político crítico de fronteira, pois rompe com a lógica de uma sociedade ideal, como abstrato universal. Outrossim, soma-se a isso as concepções de resistência que se voltam para a compreensão de que descolonizar o gênero é uma práxis e uma crítica contra a opressão de gênero, capitalista e heterossexual (LUGONES, 2014). Diante dessas abordagens conceituais, e suas implicações práticas em nossas vivências, é possível identificar as tentativas

de silenciamento, mortificações e muitas formas de violências às pessoas em suas diversidades, fatos estes que urgem atenção e análise do papel que a educação formal tem exercido na reprodução dos sistemas de opressão.

Desta feita, para agir na contramão de uma assimilação e reprodução dos saberes pode-se (e deve-se) mais do que incluir novos temas nos currículos ou novos campos metodológicos, deve-se manter uma perspectiva constante de transformação estrutural e sócio-histórica. Um caminho promissor para interpretar o mundo em vertentes diferenciadas está na compreensão de que as diferenças são uma riqueza e promovem processos de diálogos, práticas na busca de justiça, construção de relações igualitárias entre grupos socioculturais, buscam democratização da sociedade e de políticas para a igualdade e a diferença.

Uma vez que desde a invasão colonial-imperial das terras de Abya Yala<sup>1</sup> seus/suas/sues habitantes/ies desenvolveram estratégias, práticas e metodologias epistêmicas de sobrepor seu modo e pensamento sobre este território. Houve várias estratégias de povos desta terra e dos sequestrados trazidos para cá que envolveram lutas, rebeldias, insurgências, de ação e reação. Povos que lutaram para resistir, transgredir e subverter a dominação do poder colonial. Desta feita, para combater as diversas formas de violência, o sexismo e racismo, pulsante na construção desta sociedade moderna, é possível trilhamos alguns caminhos tais como conhecimento histórico de longa duração, estratégia pedagógica e o pensamento decolonial. São práticas ancoradas não apenas na resistência, mas em construção de vida melhor para todos,/as/es onde leva-se em consideração as condições e propostas para outros pensamentos que desafiem a voz única da modernidade ocidental e do poder colonial nela presente.

Fazeres políticos e pedagógicos que perturbam e transformam, que se esforçam por transgredir a negação ontológica-existencial, epistêmica e cosmológica/espiritual de que resultou a colonialidade e apontam para uma nova humanidade. Como exemplo temos a potente e necessária “Pedagogia Crítica” iniciada por Paulo Freire (2004) nos anos 1960 e por educadores/as/ies ao longo dos anos de 1990 promoveram insurgência política, epistêmica e existencial, insurgência que tem levado a repensar as construções das sociedades e que tem provocado reflexões e considerações pedagógicas com releituras da problemática histórica e da desumanização da colonização.

É possível identificarmos os reflexos e ações da estrutura da colonialidade atravessando todas as formas de existir, fazer ciência e educação. Assim, tem-se como desafio inicial a não

---

<sup>1</sup> Significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento” e é sinônimo de América

naturalização das relações cognitivas, o não silenciamento das múltiplas vozes e a percepção de existência de outras lógicas para além de um saber, história e voz únicos. É neste sentido que a revista Kwanissa – revista de Estudos Africanos e Afro-brasileiros compromete-se a, periodicamente, ser veículo de divulgação de pesquisas que dialogam com estas outras vozes, demonstrando o longo e rico caminho em conhecer e valorizar as multiplicidades de epistememes e produções de conhecimento.

Esta edição de número 12 está composta de 20 artigos, 03 relatos de experiência e 01 resenha, são trabalhos que em suas mais diversas abordagens pensam o hoje, no Brasil e no mundo, que dialogam sobre os limites e possibilidades na educação, debatem acerca da legislação educacional e os caminhos necessários, urgentes e potentes para mudanças de olhar, de gestão, de métodos de ensino e de fazer pedagógico crítico. São pesquisas de campo e bibliográficas que articulam categorias de análise extremamente necessárias que não podem ser entendidas de forma isolada, debatendo os currículos escolares, as juventudes, políticas públicas e demais aspectos. Desta forma, são trabalhos que trazem uma perspectiva e olhares outros sobre as configurações históricas do Brasil (do século XVIII ao XXI) e que apontam perspectivas dos mais diversos âmbitos da atualidade refletindo sobre relações internacionais, música, territórios, construção de identidade e abordagens outras que lidam diretamente sobre uma realidade brasileira complexa e necessitada de constantes debates.

A revista Kwanissa – revista de Estudos Africanos e Afro-brasileiros nesta edição é um convite para passear sobre diversas realidades, temáticas e tempos históricos. A seguir apresento um breve resumo dos trabalhos constantes nesta edição e começaremos nossa jornada refletindo sobre educação, currículo e legislação educacional a partir de África, em especial do Moçambique. O primeiro texto dessa edição é uma entrevista intitulada “Das Possibilidades De Legitimação De Perspectivas Epistemológicas A Partir De África: entrevista com Emília Nhalevilo” com autoria de Kátia Evangelista Regis e Emília Nhalevilo, o curso da entrevista deu-se discorrendo sobre as possibilidades de rompimento com as questões eurocentradas nos currículos. O segundo texto versa acerca do direito à educação básica em Moçambique, discutindo o conceito de educação tanto no âmbito da obrigatoriedade escolar, quanto na perspectiva da noção ampliada de educação. Intitulado “Educação Básica Em Moçambique: Significados Conceptuais, Direito e Políticas Educativas” com autoria de Guilherme Basílio e Angelica Miguel Zita discute a legislação do Sistema Nacional de Educação e reorganização

---

do ensino básico, sofrido por este país desde 2018, abordando as políticas educacionais em Moçambique.

Ainda discutindo a questão educacional, porém desta vez no Brasil, o trabalho escrito por Maria Railma Alves, Mônica Maria Teixeira Amorim e Aneuzimira Caldeira Souza discute a importância do censo escolar enquanto instrumento de apresentação dos quadros discentes escolares brasileiros, contribuindo para implementação de políticas educacionais. O referido trabalho destaca a relevância do quesito que tange à questão étnico-racial de discentes e problematiza a não declaração na classificação de raça/cor, sobretudo os altos índices dessa não declaração em escolas situadas em ambientes quilombolas como um impedimento de efetivação de políticas, medidas legais e atenção para situações historicamente relacionadas a raça no Brasil.

E ampliando o debate acerca da educação de jovens e adultos e os processos de construção de identidade negra temos o artigo de Fiana Ribeiro dos Santos que dialogando com o trabalho anterior se propõe a debater a questão racial no EJA por meio da articulação com a lei 10.639/2003 destacando a ampliação curricular para esta modalidade de ensino, no sentido de atender aos critérios da lei citada. O artigo intitulado “A construção da Identidade Negra através da Lei 10.639/2003: os alunos do EJA em debate” discute a articulação curricular, por meio da legislação, para elaboração de uma identidade negra ressignificada de mudança pedagógica e de ensino.

Por outro lado, reportando-se à outras esferas do ensino, tem-se o trabalho de Aline Matos, Joelma Sousa e Jurandir Araújo, que ao voltar seus olhares para a educação infantil, abordam as contribuições da literatura afro-brasileira para esta modalidade de ensino. As autoras e o autor denunciam a ausência e pouca visibilidade desta literatura no ambiente escolar, promovendo a permanência de referências eurocêntricas na literatura das crianças, e destacam que as abordagens de cunho étnico-racial estão restritas a datas específicas do calendário escolar, gerando uma espécie de perfil alegórico.

Num diálogo proximal da literatura étnico-racial destacamos o artigo intitulado “Práticas de Letramento Literário e Racial Crítico na Comunidade Quilombola de Trigueiros (PE): reflexões a partir do olhar da gestão” assinado por Maria Bernadete da Silva e Dayse Cabral de Moura. A pesquisa estuda modalidade de letramento na escola da comunidade quilombola de Trigueiros/PE, a partir do uso da literatura de cunho racial e crítico, percebendo que a escola desta comunidade, a associação de moradores e a secretaria de educação já travam

diálogos permanentes na compreensão de uma educação que tenha currículo de questionamentos, lutas por direitos e identidades.

Estes sete primeiros artigos da revista compõe um espaço para reflexão atual sobre educação em diversos contextos do Brasil e de Moçambique, e, apesar desafios e necessidade de avanços de discussões importantes para a educação, tais pesquisas apontam também caminhos possíveis para a realização de leituras, práticas educativas e metodologias outras. Discutem os currículos e as legislações de forma crítica e reflexiva, são, assim, um convite para uma leitura potente e necessária acerca da educação em todos os níveis de ensino.

Articulando gênero e raça na educação destacamos também o trabalho de Gabriella da Silva Mendes que realiza uma discussão da interseccionalidade das categorias supracitadas com a educação de ciência e saúde. Em “Na trajetória da Interseccionalidade e Gênero: relações para educação em ciências e saúde por intelectuais negras” a autora discorre acerca da necessária produção de conhecimento contra hegemônico a partir da produção interseccional de intelectuais negras na disseminação de saberes no Brasil. Leticia Ambrósio também discute a articulação entre raça, gênero e sexualidade no trabalho intitulado “Raça, Gênero e Sexualidade: perspectiva afrodiáspórica e interseccional sobre o cotidiano das juventudes periféricas” onde debate sobre as construções sociais e simbólicas da juventude envolvendo suas existências, condições sociais, corpos e os atravessamentos interseccionais. O trabalho priorizou o estudo de seis jovens dialogando sobre o perfil destes jovens, suas autoidentificações e condições de vida, destacando o quanto as estruturas de colonização e a escravização produziram estruturas de poder que precarizam a vida de jovens na atualidade.

Ainda discutindo sobre as articulações entre gênero e raça esta edição também traz o trabalho “Masculinidade Negra e a Colonização: ecos do passado no presente” de Aldeir de Oliveira Barreto. Este artigo analisa as construções estereotipadas acerca da masculinidade do homem negro, bem como destacando o aspecto racista e os impactos dessa visão na sociedade e na consagração de concepções sobre o homem negro.

O trabalho intitulado “As Bolsas da Mandinga na Bahia: diáspora africana e objetos de poder (século VIII)” escrito por John Ferreira analisa a adaptação, feita por pessoas escravizadas, dos objetos bolsas de mandinga que eram uma espécie de amuletos com significados, atribuições de poderes e curas. Ainda mediante o contexto da escravidão o trabalho de Marcos Van Basten Rodrigues realiza uma revisão bibliográfica acerca das estratégias utilizadas por traficantes de pessoas escravizadas para manter ativo o comércio

atlântico, destaca que tais estratégias se constituíram estadunidenses são tributárias desse segundo ciclo escravista, já que os Estados Unidos foram um dos principais beneficiários desse arranjo econômico. Por sua vez, o texto “População Afro-mexicana: da luta pelo fim da escravidão à luta pela existência no século XXI” realizado por Domingos Alves de Almeida dialoga com a perspectiva histórica e a conformação política, social e cultural da população afro-mexicana dialogando com a realidade, comum nos países da América Afro-Latina, de negligência e apagamento das pessoas negras.

O histórico de escravidão, lutas e inúmeros processos de resistência refletem na atualidade tornando a realidade atual desafiadora para os diferentes atravessamentos de classe, raça, gênero, geração, região, e outros fatores, promovendo abissais diferenciações sociais e provocando disseminação de desigualdades. Desta feita, o artigo escrito por Nelsio Gomes Correia reflete sobre as relações internacionais da cooperação Norte-Sul e, em sua pesquisa bibliográfica, reflete sobre como a política das relações internacionais atuam no financiamento e internacionalização das ideologias hegemônicas e segregacionistas e do endividamento das nações em vias de desenvolvimento. O texto intitulado “Contribuições do Hip-Hop para pensar a diáspora africana” de Sávio Santos visa discutir movimentos negros, sejam políticos, artísticos ou culturais, especialmente justapostos, como espaços físicos, coletivos e individuais, estratégicos para o reconhecimento e a construção identitária da população negra na diáspora africana a partir do hip-hop como campo de estratégia de sobrevivência. O trabalho que sequencia realizou um levantamento e a caracterização das comunidades quilombolas no estado do Tocantins localizadas no território eclesiástico da Diocese de Porto Nacional, em tal levantamento concluiu que a existência de 21 territórios negros na Diocese de Porto Nacional, sendo dezenove 19 em território tocantinense e dois 02 em território goiano destacando a importância de tais certificações como processos de reparação histórica e construção de caminhos identitários.

O artigo nomeado “O Pardo em Questão: a mestiçagem como dispositivo político e como processo de tensão das identidades” escrito por Hortência Rocha e Ramon Luís Alcântara discute sobre a mestiçagem na perspectiva que nega o racismo e impede a mobilização política dos pardos junto aos negros e no campo de negociação que possibilita a criação de outros lugares, estes campos de experiência são análises que reduzem a construção identitária dos sujeitos mestiços. Na conjunção de analisar processos identitários múltiplos, o trabalho de Fábio José dos Santos analisa a formação identitária da religiosidade no município de

Gurupá/PA, envolvendo a doutrina Católica Apostólica Romana, empregando imagens sacras e tradicionais da igreja cristã em convergência com a crença africanizada, fomentando vertentes da arte, musicalidade e ferramentas comumente originárias da matriz negra. Ainda refletindo sobre processos atuais no Brasil o trabalho de “Porque A Gente Era Bom No Que Fazia’: A Romantização Da Escravidão Ocidental No Big Brother Brasil 2022” reflete acerca das abordagens de discursos que romantizavam este momento histórico entendendo que o discurso proferido no programa de televisão pode conduzir às concepções equivocadas e que não possuem sintonia com o que a história e ciência já comprovaram acerca do sistema escravista. O último artigo deste número teve como objetivo desenvolver e caracterizar quatro formulações de geleia *light* a partir da polpa de manga com a aceitação no geral, observou-se que as formulações elaboradas com açúcar foram mais bem aceitas do que as formulações elaboradas com adoçante e apresentando uma alternativa para a conservação de frutas em épocas de muita produção.

Contamos também com três relatos de experiência sobre a desnutrição infantil em Moçambique (“Desnutrição Infantil Em Moçambique: Relato De Casos Do Hospital Do Distrito Da Massinga”) escrito por Najla Cardozo, Paulino Afai e Maria Rita de Oliveira, literatura infanto-juvenil negra (“Criando Rituais: Capoeira, literatura infantojuvenil negra e outros saberes como instrumentos de socialização de crianças”) de autoria de Ayodele Floriano Silva e Alan Caldas e reconhecimento da comunidade negra em território quilombola (“Relato De Experiência: a prática da pesquisa histórica e o uso de metodologias alternativas para o reconhecimento do território da Comunidade Quilombola Kulumbu do Patuazinho na fronteira franco-brasileira”) de Jelly Juliane Lima e Avelino Gambim Júnior. Os relatos situam-se em campos de experiência específicos acerca de localidade de análises, bem como espaços de atuação e contextos, no entanto aproximam-se quanto à necessidade de olhares reflexivos e atentos para a saúde da população negra, a construção de espaços de socialização e na elaboração e memórias de cotidianos e espaços.

Encerrando o dossiê trazemos a resenha da obra “As Alegrias da Maternidade” (1979) realizado por Bruna Ferreira que analisa a produção recentemente lançada no Brasil (2018), a escrita destaca alguns elementos narrados no livro, como o gênero, o colonialismo e a maternidade, e busca responder à questão intitulada na resenha: “Existe alegria ao maternar no colonialismo?”.

Conseguimos identificar pesquisas bibliográficas e muitas pesquisas de campos, análise de documentos históricos, interpretações e debates sobre a legislação, identificações de lacunas, necessidades de olhares múltiplos para realidades que não são umas. Este periódico está composto de pesquisas que apontam para denúncias de desigualdades e o levantamento de múltiplas vozes, apresentamos também ao/à/ê leitores/as/ies propostas reflexivas sobre as práticas de fazer, o ser e existir para resistir, em uma nova episteme.

Desejamos, assim, um excelente passeio por todos os artigos, relatos de experiência e resenha. Boa leitura e Saúde!

## REFERENCIAIS

BRASIL. Ministério da Saúde. In: **Coronavírus-Brasil**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 30/04/2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LUGONES, María. Rumo a um Feminismo Descolonial. In: **Estudos Feministas**, 22 (3), 320, set-dez 2014, p. 935-952.

SANTOS, Boaventura S. **Pela Mão de Alice**, São Paulo, Cortez Editora, 1995.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales: practicas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**. Tomo I. serie pensamiento decolonial. Editora Abya-Yala. Equador, 2017.